



Parecer Jurídico

Solicitante: Erazilene Valentim Silva – Presidente de CPL.

Parte Interessada: Departamento de Licitações.

Referência: Edital de Concorrência Pública: 001/2018 – C.P.

Relatório

1. A Presidente de CPL, Sra. Erazilene Valentim Silva, através do recurso, encaminha a essa Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, justificacão acerca da desclassificacão da habilitacão do participante da Concorrência Pública: 001/2018 – C.P, Sr. José Barretos de Lima.
2. Aduz a Sra. Presidente de CPL no momento que finalizou a abertura dos envelopes e fez criteriosamente análise de cada habilitacão, é constado que o Recorrente deixou de cumprir o que pede no Anexo I – Descrição-Planilha orçamentaria – T.R do Edital da Concorrência Pública 001/2018, a empresa apresentou documento do veículo sendo um caminhão do ano de 1972 precisamente o ano que está sendo licitado conforme a planilha é veículo de 1976 acima.
3. Portanto a CPL optou por não habilitar, tendo em vista não haver comprovaçãõ alguma da propriedade dos veículos na sessão de licitaçãõ.
4. É o sucinto relatório, passemos à análise e manifestacão.

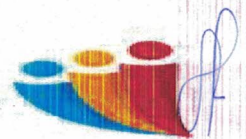
Da Análise Jurídica

II.1- A mudançã de motor e eixo conforme o Órgão Competente DETRAN/MT.

1. No que fange ao ano do veículo é notório que o mesmo seja apresentado com fabricaçãõ do ano de 1976, e tal exigência é para todos os participantes, mesmo que o licitante tenha feito alterações perante o Órgão Competente Detran/MT, conforme especificado no documento e ano descrito, não foi alterado o ano do caminhão, tendo em vista que tal situaçãõ é fato impossível pelos ditames do artigo 8º, inciso III da Resoluçãõ 292/2008, o mesmo foi apenas remodelado **MOTOR E EIXO**, sendo assim o ano do caminhão continua sendo 1972, tendo em vista que a fabricaçãõ do veículo é o mesmo que a do

*Recebi
01/07/2018
Bosman*

CODER	
Cia de Desenvolvimento de Rondonópolis	
Protocolaçãõ em	06/07/18
Destino	Licitaçãõ
Horário	15:45
Rúbrica	





chassi é a mudança desse constitui crime, a descrição é bem clara com relação ao ano do caminhão, vejamos o que diz o ANEXO I – DESCRIÇÃO-PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – T.R:

**Anexo – Descrição – Planilha Orçamentária T.R:
Descrição Item 03**

**3. Ano de fabricação 1976; acima, sendo avaliado
(passando por avaliação); (grifemos)**

2. O recorrente apresentou juntamente com o recurso cópia da Resolução nº 292/2008 que dispõe sobre modificações de veículos, onde a mesma veda que seja alterado o Chassi, no seu Art. 8º, Inciso III; vejamos:

Art.8º Ficam proibidas:

(...)

III – A substituição do chassi ou monobloco de veículo por outro chassi ou monobloco, nos casos de modificação, furto/roubo ou sinistro de veículos, com exceção de sinistros em motocicletas e assemelhados.

3. Vale acentuar, com o número do chassi podemos observar todas as informações do veículo, como o local e ano de fabricação, o modelo, a marca, as procedências do automóvel e até o número na linha de produção da montadora. Portanto, mesmo com a remodelagem não mudou o número do Chassi, até porque a resolução proíbe, portanto, não havendo a mudança assim o ano do caminhão continua sendo do ano de 1972.

III. 2- Do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

5. O Princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tratando de princípio inerente a toda licitação que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios inerentes ao certame, tais como da igualdade, transparência, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

Nessa acepção, vale citar a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:



CODER

Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis



Av. Dr. Paulino de Oliveira, 1411-Jardim Marialva-Cep: 78.718-104

Fone (66) 3439 – 3400 C.N.P.J. 03.940.848/0001-99 Rondonópolis-MT

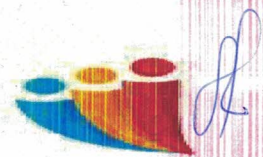


Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento, Além de mencionado no art. 3º da Lei nº 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto na Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).

A jurisprudência do STJ se posiciona:

“A administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/93, art.41) Resp nº797.179/MT., rel. Min Denise Arruda, j. em 19,10,2006, DJ de 07.11.2006) ”

Consoante dispõe o art. 41 da Lei 8.666/93, a Administração encontra-se estritamente vinculada ao edital de licitação, não podendo descumprir as normas e condições dele constantes. É o instrumento convocatório que dá validade aos atos administrativos praticados no curso da licitação, de modo que o descumprimento às suas regras deverá ser reprimido. (MS nº 13.005/DF, 1º S., real.





Min. Denise Arruda, j. em 10.10.2007, DJe de 17.11.2008). ”

6. Importante acentuar decorrente a sessão todos os licitantes presentes que foram constadas restrições ou pendências com a documentação inerente a habilitação são convocados para serem esclarecidos todas as situações específicas a documentação, assim o Sr. José Barretos de Lima que devidamente foi chamado para esclarecimento de tais restrições, o mesmo apresentou junto a habilitação documento do veículo com o ano de fabricação de 1972 descumprindo assim a exigência do edital.

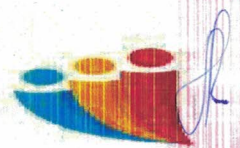
II. 2 – A prescrição do Edital de Concorrência Pública

7. Quando a Administração estabelece, no edital, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentam suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou. Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital.

No mesmo sentido é a lição de José dos Santos Carvalho Filho:

“ A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na vida administrativa ou judicial”.

8. Importante ainda, é frisar que isoladamente não basta apenas buscar a competitividade em detrimento do tão almejado “menor preço”, sem que haja a legalidade de um procedimento. A classificação de uma proposta indevida, que fira os princípios da lei e não guarde conformidade com os requisitos estabelecidos pela Administração, é motivo para a nulidade de todo o procedimento licitatório.



CODER
Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis



Av. Dr. Paulino de Oliveira, 1411-Jardim Marialva-Cep: 78.718-104

Fone (66) 3439 – 3400 C.N.P.J. 03.940.848/0001-99 Rondonópolis-MT



9. Em relação à inclusão de documentos ou informações que deveriam constar originalmente da proposta, a própria lei veda esse tipo de conduta, em seu artigo 43, § 3º, da Lei Federal nº 8666/93. Este mesmo dispositivo legal ressalva que os documentos que deveriam constar originalmente da proposta e não constaram, não poderão ser juntados.

10. No momento de apresentação dos envelopes o licitante deve ter conhecimento em face das exigências legais e editalícias quais documentos deve apresentar. Não os trazer caracteriza descumprimento à lei e ao edital, devendo ocorrer a inabilitação ou a desclassificação, conforme o caso, não havia sequer um documento comprovando tal propriedade.

Como salienta Jessé Torres:

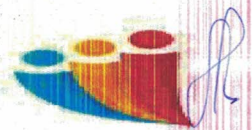
A proibição de serem aceitos posteriormente respeita o direito dos demais licitantes ao processamento do certame de acordo com as exigências do edital. Então, a comissão de licitação ou o pregoeiro estão proibidos de ordenar diligências que tenham como finalidade a inclusão de documentação que deveria acompanhar a proposta.

Em análise às exigências acima, o Ilm.^o Jurista Marçal Justen Filho traz o seguinte entendimento:

“Inexistirá possibilidade de suprir defeitos imputáveis aos licitantes. O esclarecimento de dúvidas não significa eliminar a omissão dos licitantes

Se o licitante dispunha de determinado documento, mas esqueceu de apresentá-lo, arcará com as consequências de sua própria conduta. (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo Dialética, 2000. p. 433) ”.

11. Em que pese, a CODER agradece imensamente a atenção dos licitantes em comparecer à abertura da sessão, contudo não os obriga que assim



CODER
Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis



Av. Dr. Paulino de Oliveira, 1411-Jardim Marialva-Cep: 78.718-104

Fone (66) 3439 – 3400 C.N.P.J. 03.940.848/0001-99 Rondonópolis-MT



o faça, tendo em vista que sempre prezou e prezará pelos princípios constitucionais, em especial pela legalidade, isonomia e transparência, sendo assim não teria motivos em favorecer um único licitante, em razão de favorecimento ilícito se desvinculando do instrumento convocatório que rege o processo. Não é aceitável, não é fato irrelevante a habilitação do licitante, pois se trata de uma descrição do objeto ao qual a administração necessita, conforme já citado, não sendo cumprido pelo licitante, causando assim sua inabilitação.

12. Destarte saber que a CPL não tem perfil extravagante, tão somente de seguir as previsões legais e assim, trabalhando a todo momento dentro dos princípios que regem a boa Administração pública, nem para mais e nem para menos, sempre prezando pela legalidade, assim tendo a capacidade de agir de bom senso a bem da Administração, porém com senso de justiça.

Temos ainda, que conforme o entendimento do Ilmº Ministro Relator BENJAMIN ZYMLER, no Acórdão 18/2004 – Plenário do TCU, que:

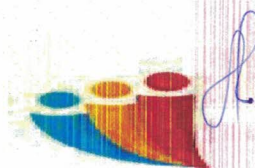
“c) em princípio, aceitar documentos apresentados por licitante após a fase de habilitação e apresentação de propostas significa fazer tabula rasa da impessoalidade, da isonomia e da objetividade do julgamento.”

13. Desta forma, ficou evidente a impossibilidade de aceitação da proposta do Sr. José Barretos de Lima, tendo em vista que a proposta apresentada pelo licitante no certame em questão encontrava-se em desacordo com o edital e que a lei veda a inclusão de documentos ou informações que deveriam contar na proposta original.

III. Da Conclusão.

Para que a licitação venha obter sua finalidade, necessário se faz uma adequada caracterização do objeto a ser licitado, com especificações técnicas claras, objetivas e estritamente vinculadas à necessidade apontada, de acordo com o termo apresentado pela Diretoria Técnica.

Este proceder assegura a companhia de que estará adquirindo e obtendo exatamente o objeto pretendido e necessário para o devido fim. Tais definições são de importância fundamental para a Comissão de Licitação analisar



CODER
Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis



Av. Dr. Paulino de Oliveira, 1411-Jardim Marialva-Cep: 78.718-104

Fone (66) 3439 – 3400 C.N.P.J. 03.940.848/0001-99 Rondonópolis-MT



e julgar as propostas recebidas dos participantes, constatando quais delas atendem ao que foi solicitado, onde o objeto da recorrente não atende ao solicitado, pois o ano do caminhão solicitado é de 1976, conforme Descrição do item.

Considerando os fatos narrados essa Assessoria Jurídica declara que a CPL não realiza descrição do objeto/termo de referência, quem descreve o objeto é o responsável pelo setor requerente, cabendo a mesmo apenas julgar a habilitação de acordo com o que o gestor solicita e descreve no objeto. O Edital é soberano e nesse caso, sendo considerado Lei interna do processo licitatório, caso a CPL habilitasse tal licitante recorrente estaria violando os princípios da Administração e Norteadores da Licitação, violando assim, o princípio da isonomia, da impessoalidade, da legalidade e o da vinculação ao instrumento convocatório.

Conforme o Termo de referência do Edital, o veículo deve atender o mínimo as especificações, desta forma o Sr. José Barretos de Lima não cumpre com essas especificações resultando sua Desclassificação.

Rondonópolis/MT, 06 de julho de 2018.



FERNANDO FERREIRA SILVA BECKER

Assessor Jurídico
OAB/MT 17.905

